

# Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

**Universidades Lusíada**

Amaral, Diogo Freitas do, 1941-2019

**Os 50 anos da Organização das Nações Unidas :  
passado, presente e futuro**

<http://hdl.handle.net/11067/5060>

<https://doi.org/10.34628/mdce-rw50>

**Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	1995
<b>Palavras Chave</b>	Organização das Nações Unidas
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	yes
<b>Coleções</b>	[ILID-CEJEA] Polis, n. 04-05 (1995)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T10:25:34Z com  
informação proveniente do Repositório

DIOGO FREITAS DO AMARAL (\*)

## OS 50 ANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO (\*\*)

### I

Senhores Delegados;  
Senhor Secretário Geral;  
Senhoras e Senhores:

As minhas primeiras palavras destinam-se a agradecer, profundamente reconhecido, a honrosa eleição com que acabo de ser distinguido e a confiança que esta eleição representa em mim e no meu país.

Estou consciente do pesado encargo e das enormes responsabilidades que o lugar de Presidente da Assembleia Geral da ONU acarreta para o seu titular, mas estou satisfeito por ter sido escolhido e declaro-me totalmente disponível para exercer o cargo em toda a plenitude das suas funções. Todos os Estados membros e respectivos representantes podem contar comigo em tudo quanto lhes seja útil e possa contribuir eficazmente para o bom funcionamento da Assembleia Geral e dos seus órgãos delegados.

Desde já afirmo, também, que tenciono assumir pessoalmente a presidência efectiva dos grupos de trabalho em que ela pertença de direito ao Presidente da Assembleia Geral, no pressuposto de que nesses órgãos prevalecerá um espírito geral de consenso e de reforma, que a minha participação poderá reforçar.

---

(\*) Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e da Universidade Católica.

(\*\*) Discurso do Presidente da 50.<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU, no seu acto de posse em 19-9-95 (Nova Iorque).

Ao Presidente da 49.<sup>a</sup> Assembleia Geral, Sr. AMARA ESSY, da Costa do Marfim, desejo reconhecer e louvar o trabalho infatigável e a presença constante que dedicou ao exercício do seu alto cargo, todos os contributos pessoais que deu ao bom funcionamento da Assembleia Geral e, por último, o facto de ter sido o principal impulsionador da criação — deliberada no dia 14 do corrente mês — do importante «Grupo de Trabalho para o Reforço do Sistema das Nações Unidas», cujo relevo é desnecessário encarecer.

É igualmente um grupo de trabalho, este, cuja presidência me fica atribuída a partir de hoje e que tenho a intenção de assumir pessoalmente.

Quero agora voltar-me para o Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. BOUTROS BOUTROS-GHALI, para lhe dizer da grande admiração que tenho por ele e do grande prestígio de que justificadamente goza em todo o mundo. Tendo assumido as suas difíceis e exigentes funções num momento particularmente importante da história da ONU, BOUTROS-GHALI tem-se revelado, ao longo do seu mandato, não apenas o intelectual ilustre habilitado a teorizar e a conceptualizar os problemas e a pensar antes de agir, mas também o homem de acção, capaz de decidir em tempo oportuno as mais difíceis questões que se colocam diariamente ao chefe executivo da ONU. Incansável negociador da paz e permanente promotor do desenvolvimento, BOUTROS BOUTROS-GHALI tem feito um trabalho a todos os títulos notável, que merece o nosso reconhecimento.

Asseguro-lhe, Sr. Secretário-Geral, desde o primeiro dia do meu mandato, a mais completa e leal colaboração do Presidente da Assembleia Geral.

Gostaria, enfim, de dirigir uma palavra especial de saudação a todos os países membros das Nações Unidas — quaisquer que sejam a sua história, a sua área geográfica, as suas tradições e os seus regimes políticos. A todos respeitarei da mesma forma, em estrita observância do princípio da igualdade.

Não é difícil, aliás, a um Português respeitar, compreender e ser amigo dos mais diferentes países do mundo. Povo de navegadores, país de descobertas, nação aberta ao intercâmbio com culturas e civilizações diversas, Portugal foi sempre um dos primeiros Estados europeus — e às vezes, mesmo, o primeiro — a entrar em contacto com todas as outras regiões do mundo: pelo Norte e pelo Sul conhecemos a África; para Ocidente, chegámos às Américas e fizémos contacto com o Brasil; no Médio Oriente deixámos traços e vestígios que actualmente perduram; na Índia, no Japão e

em toda a Ásia estivemos presentes e ainda hoje sentimos respeitada a nossa memória histórica.

Somos, pois, um povo universalista e há 500 anos que nos habituámos a ter uma visão planetária dos problemas do mundo, da vida e do Homem. Podeis assim contar com um Presidente que não só vos respeitará a todos, como é capaz de sentir, pela tradição histórica e cultural do seu país, uma grande facilidade em compreender as vossas diferenças, sensibilidades e necessidades.

Dos cinco séculos da peregrinação portuguesa pelo mundo resultaram consequências internacionais da maior importância: não há hoje apenas um, mas sete países de língua oficial portuguesa. O português é um dos idiomas de maior expansão mundial, sendo falado hoje em dia por cerca de 200 milhões de pessoas; e se em Portugal vivem apenas 10 milhões de portugueses, temos pelo menos 4 milhões de emigrantes no estrangeiro, que projectam a nossa cultura e modo de ser nos quatro cantos do mundo, e constituem a «diáspora portuguesa» de que tanto nos orgulhamos.

É justamente em homenagem a esta realidade tão rica e tão vasta que peço licença à Assembleia para usar aqui, por um instante, a minha língua natal, dizendo:

«No momento em que, pela primeira vez em 50 anos, um Português ascende à Presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas, quero dirigir uma saudação muito calorosa, amiga e fraterna aos sete países de língua oficial portuguesa que pertencem a esta Organização — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Portugal.»

## II

Senhores Delegados:

Apesar das dificuldades que enfrentamos, das críticas que nos são feitas e das crises que vivemos — uma delas particularmente grave neste momento —, a verdade é que estamos no cinquentenário da ONU, e isso oferece-nos alguns motivos importantes para celebrar.

A Sociedade das Nações durou pouco mais de 20 anos; as Nações Unidas duram há 50 anos.

A Sociedade das Nações não conseguiu atingir o seu principal objectivo — evitar a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial; as Nações Unidas conseguiram alcançar a sua principal finalidade — evitar uma 3.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

A Sociedade das Nações concentrou todos os seus esforços de paz no desarmamento; as Nações Unidas compreenderam desde o primeiro dia que o desarmamento, embora muito importante, não era o único meio eficaz de evitar a guerra, e acrescentaram ao seu sistema de segurança colectiva toda uma política de desenvolvimento económico, social e educativo.

Os nossos «pais fundadores» viram bem e viram longe; por isso em 1945 a criação da ONU foi uma enorme esperança em todo o mundo para todos os homens de boa vontade.

É certo que nem tudo são êxitos e vitórias nestes últimos 50 anos: como a vida de cada indivíduo, também a vida desta Organização ficou marcada por numerosos e significativos erros e derrotas. Mas não seria isso inevitável pela própria natureza do ser humano, da vida em sociedade e do mundo tal como ele é?

Gostaria de vos citar, a este propósito, uma frase que considero apropriada, e que foi dita, a respeito da ONU, por um grande presidente norte-americano. Afirmou JOHN F. KENNEDY em 1962:

«O nosso instrumento e a nossa esperança são as Nações Unidas, e eu vejo pouco mérito na impaciência daqueles que aceitarão abandonar este instrumento mundial imperfeito só porque não gostam do nosso mundo que é também imperfeito.»

Devemos hoje, ao fim de 50 anos de vida das Nações Unidas, fazer um balanço positivo ou negativo da sua actuação?

Todos temos bem presentes no nosso espírito os fracassos da ONU, sobretudo os mais recentes. E os críticos não têm calado o seu criticismo. De modo que, para equilibrar a balança, é justo que enumeremos também os principais êxitos das Nações Unidas.

O primeiro, o maior de todos, já o mencionei atrás, mas quero repeti-lo aqui, porque é tão relevante e tão extraordinário que nunca é demais insistir nele: a ONU evitou aquilo que muitos julgavam inevitável — a deflagração duma 3.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Sei bem que este não foi um resultado exclusivamente atribuível às Nações Unidas; mas elas tiveram um papel de primeiro plano na prevenção de um conflito militar Leste-Oeste, que teria sido fatal para a Humanidade.

Três factos bem significativos mostram como a comunidade internacional valoriza positivamente a acção das Nações Unidas nestes 50 anos: primeiro, os cinco prémios Nobel recebidos pela Organização ou por indivíduos ou entidades a ela pertencentes; segundo, a passagem do número de membros da ONU de 50, em 1945, para 185, em 1995. E se o número de membros mais que triplicou, é porque a grande maioria dos países do mundo vê mais méritos e vantagens nas Nações Unidas do que falhas e inconvenientes; terceiro, a decisão de organizar em Outubro próximo uma reunião magna a que estarão presentes mais de 150 chefes de Estado ou de Governo do mundo inteiro — e parece evidente que se tantos e tão ilustres governantes vêm a Nova Iorque celebrar um simples aniversário, é porque esse aniversário tem com certeza muitas coisas importantes a celebrar.

Já falei na paz mundial, que dura felizmente há 50 anos, apesar dos muitos conflitos locais ou regionais que não foi possível evitar. Mas, mesmo aqui, neste tão difícil campo da guerra e da paz, as Nações Unidas podem orgulhar-se de ter contribuído decisivamente para relevantes progressos no domínio do desarmamento e da não proliferação nuclear, bem como para a condução ou conclusão de processos de paz bem sucedidos — como, por exemplo, no Camboja, em El Salvador, na Nicarágua, na Eritreia, em Moçambique e (esperamo-lo bem) em Angola.

Em segundo lugar, a ONU contribuiu como nenhuma outra instituição para proclamar e tentar garantir na prática o primado do Direito Internacional, e todos sabemos que sem o império do direito o ser humano não conhece a paz, nem a liberdade, nem a segurança de vidas e bens que são indispensáveis à existência normal do homem em sociedades civilizadas. Não esqueçamos nunca o pesadelo do «homem lobo do homem» tão perspicazmente retratado no «estado de natureza» descrito por THOMAS HOBES no seu «Leviathan». Ao falar aqui no contributo da ONU para assegurar o primado do Direito Internacional, não posso deixar de endereçar uma palavra de gratidão e reconhecimento pela obra notável e pelo alto prestígio alcançado por um dos principais órgãos das Nações Unidas — o Tribunal Internacional de Justiça, a quem presto a mais sincera homenagem.

Em terceiro lugar, as Nações Unidas têm inegavelmente a seu crédito a atenção e importância que passaram a conferir aos «Direitos do Homem». Foi a ONU que os universalizou; foi a ONU que levou os Estados Nacionais a aceitar, através do reconhecimento dos «Direitos de Homem», que é o Estado que é feito para servir o Homem, e não o Homem que existe para servir o Estado; foi a ONU que, não se contentando com os «Direitos do

Homem» clássicos, vindos da Revolução Americana e da Revolução Francesa, afirmou solenemente os direitos fundamentais da segunda geração, e em especial os direitos económicos, sociais e culturais, acrescentando assim ao contributo setecentista do iluminismo liberal o enriquecimento oitocentista do socialismo democrático; e é de novo a ONU que está hoje na primeira linha da luta pelo respeito dos direitos fundamentais da terceira geração, com particular destaque para os direitos ligados à protecção da Natureza e do Ambiente — sector onde, pela primeira vez na história da Humanidade, já não se trata apenas de reconhecer ou criar direitos dos indivíduos contra outros indivíduos ou contra o Estado, mas se começam a criar mecanismos que culminarão no reconhecimento de direitos dos animais e das coisas inanimadas contra as agressões do próprio Homem.

Não desejo alongar-me demasiado neste capítulo, mas não quero deixar de sublinhar aqui, neste momento solene, que é para mim — como decerto para todas as pessoas decentes e civilizadas — um motivo de grande orgulho e satisfação que tenha sido possível (e à ONU o devemos, uma vez mais) elaborar e pôr em vigor certas convenções internacionais que enobrecem a Humanidade e ficarão a constituir marcos indeléveis e justificados títulos de glória na história dos primeiros 50 anos das Nações Unidas: refiro-me, em especial, à Convenção dos Direitos da Criança, à Convenção sobre a Discriminação contra as Mulheres, e à Convenção para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes. Que seria a Humanidade sem estes textos fundamentais? E existiria hoje algum deles sem a actuação da ONU?

À ONU se deve a inserção na consciência universal de que somos um mundo de homens iguais, todos com o mesmo direito fundamental à dignidade humana. O ideal é já antigo: pois não afirmou S. Paulo que com o «homem novo» «não há mais gregos nem judeus, (...) nem bárbaros nem síthios nem escravos nem homens livres» (Colossenses, 3, 11)? Sim, o ideal é bem antigo, mas durou 20 séculos a inscrever numa declaração jurídica universal — e o mérito é da ONU, e é bom que nunca o esqueçamos nem o caemos, quer nos reclamemos quer não da tradição religiosa em causa.

Em quarto lugar, a ONU tem todo o direito de reivindicar para si a maior parte dos méritos de outra das grandes vitórias da Humanidade no Século XX — a descolonização e o fim do «apartheid». Se o número de Estados Membros da ONU passou de 50 para 185, isso deve-se fundamentalmente à descolonização, que pôs em prática o princípio da auto-determinação dos povos, inscrito no artigo 1.º da Carta das Nações Uni-

das. E se o inaceitável regime do «apartheid» terminou na África do Sul, isso deve-se em grande parte à sua condenação e crítica pelas Nações Unidas, em aplicação do parágrafo 2.º do Preâmbulo e do artigo 55.º, c), da Carta.

É interessante notar que tanto a descolonização como o fim do «apartheid» foram efectivados por governantes dos mais diversos quadrantes políticos, o que prova claramente que os ideais da Carta das Nações Unidas não são partidários, nem ideológicos, nem religiosos, mas pura e simplesmente humanitários, e que basta acreditar na dignidade de todo o ser humano, e respeitá-la na prática, para poder ser um membro cumpridor e coerente da ONU.

O meu país — Portugal — foi um dos últimos povos europeus a descolonizar, e só o fez quando a democracia substituiu a ditadura que nos governava havia meio século. Descolonizámos por imperativo nacional, sem dúvida, mas também poque era essa a obrigação que para nós decorria da Carta das Nações Unidas e de numerosas resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU.

No caso especial de Timor Leste, e sem quebra do dever de imparcialidade que me incumbe respeitar como Presidente da Assembleia Geral, seja-me lícito manifestar esperança no bom êxito da missão de mediação e bons ofícios que a Assembleia Geral atribuiu expressamente ao Secretário-Geral. Nele ponho toda a confiança para continuar a tentar resolver o problema, através do diálogo entre Portugal e a Indonésia, no respeito da Carta das Nações Unidas.

Em quinto lugar, a ONU tem contribuído, sobretudo após o termo da guerra fria, para ajudar a consolidar e a concretizar o processo de democratização interna de numerosos países que decidiram, de sua livre vontade, passar de um regime de partido único a um sistema de pluralismo partidário. Não pode a ONU ditar a nenhum Estado Membro qual a forma de governo que ele há-de adoptar na sua Constituição Política. Mas a ONU pode e deve ajudar aqueles que resolvam por si mesmos encetar um processo de democratização. E tem-no feito com êxito, até hoje já em mais de 45 países, sob a forma de assessoria eleitoral, e noutras modalidades. Quem, como eu, acredita na superioridade do modelo democrático pluralista não pode deixar de sublinhar o facto e de se congratular com ele.

Em sexto e último lugar, gostaria de chamar a atenção para um dos aspectos mais relevantes e positivos das Nações Unidas, e que na maioria das vezes é totalmente esquecido pelos críticos da Organização, e até pelos



próprios observadores imparciais — quero referir-me à actuação altamente meritória de um grande número de agências especializadas e organismos autónomos das Nações Unidas, na promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos povos mais pobres e carenciados do mundo.

A título exemplificativo, não seria bem mais grave, triste e até desonrosa para todos nós a situação do Mundo se não fosse a actuação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a sua luta contra doenças milenárias? Se não fosse a Organização Internacinal do Trabalho (OIT) e a sua luta pela melhoria das condições profissionais dos trabalhadores? Se não fosse a UNICEF e a sua luta pelos direitos e pelo bem-estar das crianças, a quem tudo devemos em prol do futuro da Humanidade? Se não fosse a UNESCO e a sua luta contra o analfabetismo e pela melhoria dos níveis culturais, científicos e educativos dos países em vias de desenvolvimento? Se não fosse o Alto Comissariado para os Refugiados e a sua luta pelos que de repente se vêem colocados, sem culpa sua, sem lar, sem emprego e sem alimentação — um dos dramas mais pungentes do nosso tempo?

Numa palavra: apesar dos muitos erros e fracassos que acompanharam estes 50 anos de vida da ONU, como sempre acontece em qualquer instituição e na história pessoal de qualquer indivíduo, muitos foram também os benefícios, os êxitos e as vitórias alcançadas no mesmo período pelas Nações Unidas.

Milhões de mortos e deficientes ficam a assinalar, para sempre, as nossas falhas; devemos honrar a sua memória e penitenciar-nos por não termos podido ou sabido fazer melhor para os salvar.

Mas há decerto outros tantos milhões de vivos, ou talvez mais ainda, que constituem ante os nossos olhos testemunhas irrefutáveis e provas evidentes dos êxitos das Nações Unidas. Por cada ser humano que não morreu de uma doença erradicada pelas OMS, por cada trabalhador que não foi despedido ou mal tratado por causa de uma convenção da OIT, por cada criança que recebeu algum apoio e carinho por parte da UNICEF, por cada mulher e por cada homem que aprendeu a ler e teve acesso aos tesouros da cultura devido a um programa da UNESCO, por cada família, enfim, que recebeu um tecto, uma roupa ou uma refeição das mãos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados — não foi apenas a ONU que honrou os seus compromissos e justificou a sua existência, foi também a Humanidade que ficou mais rica, mais nobre e mais bela, porque alguém em seu nome praticou o bem desinteressadamente, sem nada esperar em troca.

Honra seja feita, pois, aos fundadores da ONU — e a todos os que a têm mantido de pé até hoje — pela magnífica obra de solidariedade humana que, apesar de todas as suas falhas, souberam conceber e têm conseguido preservar.

Nos primeiros 50 anos da sua história, as Nações Unidas constituíram o alforde, o repositório e o catalizador dos maiores progressos no campo do Direito, da paz e da segurança, do desenvolvimento, da cooperação internacional, dos «Direitos do Homem», da protecção do ambiente e da valorização da pessoa humana, da sua dignidade e do seu bem-estar. Oxalá assim continue a ser, pelo menos tão activamente como até aqui, nos próximos 50 anos.

### III

Senhores Delegados:

Olhámos para o passado e pudemos concluir, julgo que com justiça e imparcialidade, que a ONU apresenta, nos seus primeiros anos de existência, um balanço positivo que merece ser celebrado e festejado.

Mas eu estou bem consciente — e todos nós o estamos seguramente — de que há muitas coisas a rever, muitos erros a emendar, muitas reformas a fazer.

Não me compete a mim, pessoalmente, decidir sozinho seja o que for, nem sequer apresentar um qualquer programa de reformas à Assembleia Geral, que é nessa matéria soberana, quer no plenário quer nas suas comissões permanentes e grupos de trabalho *ad hoc*.

Mas os Senhores Delegados estranhariam por certo que o meu discurso de posse fosse apenas laudatório do passado, e nada dissesse sobre as dificuldades do presente e sobre as perspectivas do futuro.

O mundo bipolar caracterizado pelo confronto Leste-Oeste, pela ameaça nuclear global e pela paralisia sistemática do Conselho de Segurança da ONU, no quadro de um cenário de guerra fria que alguns esforços de *détente* nunca chegaram a eliminar, terminou. Uma nova ordem internacional começou a definir-se aos poucos, mas de forma ainda vaga, confusa e imprecisa. Se o Congresso de Viena foi a resposta pronta ao fim das guerras napoleónicas, se a Sociedade das Nações foi a resposta possível à cessação da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra, e se a ONU foi a resposta adequada ao termo

da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial — qual é, ou qual deve ser, a resposta necessária ao fim da guerra fria e do confronto nuclear bipolarizado dos últimos 50 anos?

Este é o grande problema que os povos do mundo inteiro têm de encarar e resolver. Porque o problema existe — mas não está resolvido.

Desfeitas em pouco tempo as utopias irrealistas que garantiam o «fim da História» bem como as ilusões fáceis geradas pelo rápido e eficaz desfecho da guerra do Golfo, a dura realidade da vida internacional aí está a demonstrar, na sua crueza hobesiana, que a nova ordem internacional está por desenhar, que a paz está por consolidar, que os nacionalismos exacerbados estão por dominar, que o respeito pelos «Direitos do Homem» está em muitas zonas do globo por assegurar. E a ONU — agora liberta do impasse em que a mergulhava o conflito Leste-Oeste — é responsabilizada por muitos, não só por aquilo que podia fazer e não faz, mas também por tudo quanto não pode ou não deve fazer e, no entanto, muitos pensam que é sua obrigação realizar.

Esquecem-se, é claro, os que assim pensam que não se pode pedir à ONU o que a ONU não pode dar; que a nossa Organização se rege por uma Carta cujos preceitos não pode violar; e que as Nações Unidas sempre foram, são e sempre serão aquilo que a vontade política dos Estados membros quiser ou deixar que elas sejam.

Que havemos de pensar de tudo isto?

Falo apenas a título pessoal, e as opiniões que hoje vos transmito neste discurso só me responsabilizam a mim, individualmente. Mas não fujo a dizer-vos, com franqueza e frontalidade, o que penso de alguns problemas e dificuldades que enfrentamos neste momento e que provavelmente dominarão a nossa agenda durante as próximas décadas.

Sumariarei a minha posição nos doze pontos seguintes:

1) A ONU deixou já de ser uma organização intergovernamental restrita para passar a ser a única organização internacional de carácter universal. Deveriam ser feitos esforços para que todos os Estados que ainda não são membros solicitassem brevemente a sua admissão. Pelo mesmo motivo, a sanção mais grave a aplicar a um Estado membro nunca deveria ser a expulsão, mas a suspensão por período indeterminado, pois a ONU deve abranger, por uma questão de princípio, todos os países do mundo;

2) A nova ordem internacional a definir após o termo da guerra fria e do confronto Leste-Oeste não deve prescindir das Nações Unidas, quer substituindo-as por uma organização nova e radicalmente diferente, quer

eliminando toda e qualquer organização internacional de carácter universal. A ONU deve, pois, ser mantida nos seus traços essenciais — embora possa e deva ser reformada em tudo quanto se mostrar errado, ineficiente ou ultrapassado pelas circunstâncias;

3) O ano de 1995-96, coincidindo com o 50.º aniversário da criação da ONU, é um período particularmente apropriado para se reflectir sobre a Organização e para se concluírem ou iniciarem as mais importantes reformas de que ela carece.

O espírito de reforma pode ser criado e alimentado durante esta 50.ª Assembleia, mas se não for aproveitado perder-se-á provavelmente por muitos anos.

Pela minha parte, estou disponível para dar todos os contributos desejados pela Assembleia Geral ou pelos Estados membros para concretizar as reformas necessárias;

4) A revisão de alguns artigos e disposições da Carta das Nações Unidas parece-me oportuna e indispensável. Não creio, todavia, que tenha de ser feita de uma só vez e em bloco, podendo ser preferível, o método das reformas parcelares, desde que coerentes entre si;

5) A ONU é uma entidade jurídica de carácter associativo. Os princípios gerais do direito das associações têm, pois, de ser reafirmados e cumpridos a propósito da ONU. Nomeadamente, é indispensável recordar que, na ONU como em qualquer outra associação, quem entra, entra voluntariamente, e se não sai, é porque não quer sair. Assim, cada Estado membro, enquanto se mantiver nessa qualidade, deve poder gozar de todos os seus direitos na medida em que cumprir todos os seus deveres, e deve ter de cumprir todos os seus deveres para poder gozar de todos os seus direitos;

6) Faz parte das regras imperativas da Carta o dever de todos os Estados membros pagarem quotas anuais, a fixar pela Assembleia Geral, para custear as despesas da Organização. Se todos cumprirem em tempo essa obrigação, a ONU não terá qualquer crise financeira, ressalvadas possíveis dificuldades pontuais. Logo, quem estiver em falta relativamente ao pagamento das quotas devidas deve sofrer as consequências apropriadas — sem o que se violará o princípio da igualdade entre todos os membros, e se porá em perigo o regular funcionamento da Organização. Esta regra deve ser aplicável a todos os Estados membros — dos maiores aos mais pequenos e dos mais poderosos aos mais fracos;

7) Outra obrigação imperativa de qualquer membro de qualquer organização é a de acatar fielmente as regras de Direito que lhe forem aplicá-

veis. Se surgirem diferendos acerca da interpretação ou aplicação dessas regras, o princípio da separação dos poderes manda que eles sejam resolvidos imparcialmente por um tribunal. A Carta das Nações Unidas prevê esse órgão judicial: trata-se do Tribunal Internacional de Justiça. Por isso é, a meu ver, desejável que todos os países membros da ONU venham a aceitar, num prazo relativamente curto, a jurisdição do Tribunal da Haia. Que a possibilidade de a recusarem ainda subsista afigura-se-me um anacronismo vindo dos tempos da soberania ilimitada dos Estados, a qual é contrária ao princípio hoje prevalecente do primado do Direito Internacional;

8) O espectacular crescimento do número de Estados membros da ONU teve uma repercussão justa e adequada ao nível da Assembleia Geral, mas o mesmo não aconteceu no seio do Conselho de Segurança — que não reflecte hoje, correctamente, as realidades políticas, económicas, demográficas e nacionais do mundo actual. A reforma do Conselho de Segurança é, pois, indispensável e urgente — não podendo ser levada a cabo, porém, se ao necessário espírito de cooperação e consenso se sobrepuserem meros egoísmos nacionais ou puros cálculos de carácter eleitoral na cena doméstica dos países membros;

9) A ONU pode e deve fazer um esforço sério para se tornar num organismo menos caro e mais eficiente. O recurso a entidades exteriores para aconselharem as medidas mais adequadas nesta matéria não deveria ser excluído, pois não ofende a soberania dos Estados membros nem a competência decisória própria da Assembleia Geral e do Secretário-Geral. A este respeito, é contudo necessário ter sempre bem presentes no espírito algumas verdades elementares: por um lado, só com a boa vontade e determinação da Assembleia Geral será possível proceder à necessária extinção de numerosas sub-comissões e grupos de trabalho que actualmente se sobrepõem e duplicam ou triplicam actividades, ou que deixaram pura e simplesmente de se justificar por falta de objecto; por outro lado, convém lembrar aos Estados membros, a propósito das decisões difíceis que nesta matéria competem ao Secretário-Geral, que, segundo o artigo 100.º, n.º 2, da Carta, «cada membro das Nações Unidas compromete-se a respeitar o carácter exclusivamente internacional das atribuições do Secretário-Geral (...) e não procurará exercer qualquer influência sobre ele no desempenho das suas funções»;

10) Diz-se que a ONU é uma organização demasiado cara, e que necessita de reduções drásticas no seu pessoal e no seu orçamento. Não ponho em dúvida que seja possível e desejável conseguir reduções de cus-

tos e ganhos de produtividade: em todas as organizações isso é viável e, de tantos em tantos anos, é mesmo necessário. Gostaria no entanto de lembrar a todos — só para não perdermos o contacto com a realidade das coisas — que o orçamento corrente anual da ONU (excluindo as operações de paz) é de 1,3 biliões de dólares, o que corresponde aproximadamente a 25 por cento do orçamento corrente anual do Ministério da Educação português, que é de 5 biliões de dólares (760 milhões de contos). Ora, se tivermos em conta que Portugal é um país de 10 milhões de habitantes, e que a ONU é uma organização mundial muito vasta e complexa, talvez fiquemos com uma perspectiva algo mais realista sobre se a ONU será assim tão cara como alguns dizem, quando gasta apenas (no seu orçamento corrente) 1/4 do orçamento corrente do Ministério da Educação de Portugal...;

11) Verdadeiramente caras, sim, são as operações de paz, que aumentaram muitíssimo nos últimos tempos: basta lembrar que há 10 anos havia espalhados pelo mundo 4 000 capacetes azuis e actualmente há cerca de 70 000. Existe aqui, evidentemente, um problema financeiro. Mas a questão principal, como toda a gente compreenderá, não é uma questão financeira, mas antes uma questão de alta política: deve a ONU ser muito ou pouco intervencionista em matéria de operações de paz? Deve intervir sempre que desejável ou apenas quando isso for estritamente necessário e possível? Deve limitar-se a manter a paz («peace-keeping») ou deve lançar-se também na imposição da paz («peace-enforcement»)? Deve intervir directamente ou através de organizações regionais ou de forças multi-nacionais? E, quando é solicitada a enviar os seus «capacetes azuis», deve aceitar fazê-lo apenas quando lhes possam ser garantidas condições efectivas de segurança e auto-defesa — como me parece evidente — ou vai continuar a enviar «capacetes azuis» destinados sobretudo a funcionar como bode expiatório das divergências e incapacidades de decisão de alguns Estados membros?

Estas é que são as grandes questões que a ONU — quer dizer, os Estados membros da ONU — têm de enfrentar e resolver sobre a matéria das operações de paz. A problemática financeira é, por natureza, secundária — e até pode tornar-se muito mais fácil de solucionar se as questões políticas prévias forem bem resolvidas.

Seja-me permitido, neste momento, prestar uma comovida homenagem a todos os «capacetes azuis» que serviram ou servem sob a bandeira da ONU, e que ofereceram ou oferecem a sua dedicação de militares, e por

vezes a própria vida, por ideais que todos os países deviam partilhar mas que alguns vergonhosamente desprezam;

12) As Nações Unidas não existem apenas para garantir a paz e a segurança internacionais — todos o sabemos —, mas também para promover o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, e para velar pelo respeito de valores universais genericamente consagrados, tais como os «Direitos do Homem», saúde pública, a protecção do ambiente e da Natureza. É fundamental não deixar que o objectivo da paz e da segurança subalternize ou enfraqueça o objectivo do desenvolvimento. É essencial não repetir o erro da Sociedade das Nações. É indispensável continuar, como já hoje sucede, a gastar uma parcela maior do orçamento da ONU na ajuda ao desenvolvimento do que no apoio às operações de paz. Como afirmou o Papa Paulo VI, «o desenvolvimento é o novo nome da paz». Sem desenvolvimento não haverá paz, pelo menos aquela paz justa e duradoura por que anseiam todos os homens e mulheres de boa vontade. O combate à pobreza, à doença, à ignorância e a toda a miséria que coloca os homens abaixo do nível mínimo da dignidade da pessoa humana tem de ser o nosso principal compromisso para o século XXI.

Estes são os doze pontos que me parecem mais importantes na reflexão que temos de fazer com vista à necessária reforma das Nações Unidas. Mas, como vos disse, não constituem um programa nem sequer uma proposta: são apenas uma visão pessoal. A vós, Senhores Delegados, e aos Governos que aqui representais, competirá propor, discutir e votar.

Espero que todos possamos continuar a caminhar animados de uma visão global e em direcção a uma larga comunhão de valores, princípios e atitudes que permitam, na decisão e na acção, uma ONU reformada e reforçada, com vista à convivência pacífica e ao desenvolvimento justo de todos os povos da Humanidade.

#### IV

Senhores Delegados:

Agradeço a atenção com que me ouviram. Vamos imediatamente começar a trabalhar para que a 50.<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU seja um marco importante na história da nossa Organização.

Procuremos todos deixar-nos captar pelo espírito do cinquentenário, e colher dele a forte inspiração e o sentimento de boa vontade que permitam encerrar «dossiers», concluir convenções, aprovar resoluções — e, acima de tudo —, fazer em tempo útil as reformas necessárias que se impõem.

Não tenhamos medo do diálogo, da livre discussão, do confronto de ideias e propostas. Mas também não tenhamos medo da negociação, do espírito de compromisso e da formação de consensos. Para essa finalidade, contem sempre V. Ex.<sup>as</sup> com o Presidente da Assembleia Geral que hoje elegeram.

No novo Presidente, a Assembleia Geral — e cada país membro — encontrará sempre um homem de tolerância, um homem de diálogo, um homem de esperança.

Esperança num mundo melhor — através da paz, da liberdade, da justiça, da educação, da saúde e do desenvolvimento.

Procuremos, todos unidos — nós, que nos chamamos as Nações Unidas —, tentar, pelos nossos esforços conjuntos, que daqui a um ano, quando terminar a 50.<sup>a</sup> Assembleia Geral que agora começa, o mundo esteja um pouco melhor do que o encontramos hoje.